

**RESOLUÇÃO Nº 2086/2025 - CONSU, de 24 de outubro de 2025.**

**APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA A  
INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS  
JUNIORES – EJ.**

O Reitor da Universidade Estadual do Ceará – Uece, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta do **NUP 31032.007133/2024-49** e a aprovação do Conselho Universitário – Consu, em sessão realizada no dia 24 de outubro de 2025, e

**CONSIDERANDO** a Política Nacional de Extensão Universitária e suas diretrizes;

**CONSIDERANDO** a Lei 13.267, de 6 de abril de 2016, que disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior, orientando a inserção no conteúdo acadêmico da instituição de ensino superior preferencialmente como atividade de extensão;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;

**CONSIDERANDO** a Resolução que estabelece, na Uece, os procedimentos pedagógicos e administrativos para a inserção curricular das ações de extensão universitária nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Ceará;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 1503/2019 – Consu, de 19 de agosto de 2019, que regulamenta as normas de planejamento e acompanhamento das atividades docentes na Fundação Universidade Estadual do Ceará – Funece.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Estabelecer os procedimentos para institucionalização das Empresas Juniores – EJ na Universidade Estadual do Ceará – Uece, parte integrante desta Resolução.

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

**Reitoria da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 24 de outubro de 2025.**

Prof. Me. Hidelbrando dos Santos Soares  
**Reitor da Uece**

## **ANEXO I**

### **RES. Nº. 2086/2025 – CONSU, de 24/10/2025**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA NATUREZA, DOS OBJETIVOS E DOS PRINCÍPIOS DAS EMPRESAS JUNIORES**

**Art. 1º.** São consideradas empresas juniores as entidades organizadas sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, constituídas e geridas exclusivamente por estudantes de graduação regularmente matriculados(as) nos cursos desta Universidade, que atendam ao disposto na Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016.

**Art. 2º.** A empresa júnior desenvolverá atividades relacionadas ao campo de abrangência de pelo menos um curso de graduação indicado no seu estatuto.

**Parágrafo único.** A empresa júnior deve desenvolver atividades respeitando os princípios da interdisciplinaridade e da interprofissionalidade.

**Art. 3º.** São objetivos das empresas juniores na Uece:

- I. Apoiar a criação de ambientes favoráveis às vivências nos contextos de empreendedorismo por meio de projetos e serviços na área de atuação dos cursos de graduação ao(s) qual(is) a empresa júnior estiver vinculada.
- II. Proporcionar uma formação acadêmica ampla, ética, social e ambientalmente responsável, respeitando os princípios da interdisciplinaridade e interprofissionalidade.
- III. Contribuir com a qualificação acadêmica científica dos empreendedores juniores orientando-os para as condições adequadas de trabalho.
- IV. Promover e realizar projetos e serviços na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento.
- V. Difundir o conhecimento por meio do intercâmbio entre empresas juniores na Uece e empresas de outras IES nacionais e internacionais.
- VI. Desenvolver ações extensionistas de forma a beneficiar e transformar as realidades dos empresários juniores e das comunidades.

**Art. 4º.** Compete às empresas juniores, além de outras atribuições e obrigações estabelecidas nesta Resolução e em outras normas aplicáveis:

- I. Zelar pela imagem da Uece, em qualquer atividade em que estiverem envolvidas;

- II. Promover a seleção, a capacitação e o aperfeiçoamento de seu pessoal, nas respectivas áreas de atuação, com base no seu estatuto;
- III. Responder e responsabilizar-se por todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista ou de qualquer outra natureza, originadas a partir da execução das atividades relacionadas com o objetivo descrito no seu respectivo estatuto;
- IV. Fomentar a inovação e o empreendedorismo na Uece, buscando, quando necessário, parceria com o Agência de Inovação Tecnológica (Agin) da Universidade;
- V. Manter escrituração contábil atualizada;
- VI. Manter situação de regularidade com tributos federais, estaduais e municipais incidentes.

**Art. 5º.** Das atribuições do Tutor ou Supervisor Docente:

**Compete ao tutor ou supervisor docente:**

- I. Orientar a EJ quanto à adequação de seus projetos às políticas institucionais de extensão e às legislações vigentes.
- II. Apoiar a elaboração e a execução de projetos, planos de trabalho e portfólios de produtos e serviços, zelando por sua pertinência acadêmica, ética e social.
- III. Acompanhar a tramitação da ação de extensão junto à Pró-Reitoria de Extensão (Proex), garantindo sua regularidade institucional.
- IV. Prestar assessoria técnico-pedagógica às atividades da EJ, quando solicitado por seus membros.
- V. Apoiar o fortalecimento da formação acadêmica dos estudantes, incentivando práticas de inovação, empreendedorismo e responsabilidade social.
- VI. Comunicar à coordenação de curso e à Proex eventuais irregularidades ou descumprimentos desta Resolução.
- VII. Apresentar relatório anual de tutoria à Proex e à Direção de Centro ou Faculdade, para fins de renovação de sua designação.

**Art. 6º.** À EJ é vedada:

- I. Exercer qualquer forma de vinculação partidária, bem como de propagação de ideologia ou pensamento político-partidário e religioso e de pensamentos que tenham caráter discriminatório ou ofensivo em razão de origem, etnia, sexo, cor, idade, orientação sexual ou de consciência.
- II. Remunerar integrantes, sejam estudantes, sejam docentes ou técnico-administrativos por meio da captação de recursos e de projetos realizados.
- III. Gerar receita para a unidade acadêmica de vinculação da empresa júnior, uma vez que a renda obtida com os projetos e os serviços prestados deve ser revertida exclusivamente para o incremento das atividades-fim da empresa.

- IV. Utilizar a marca Uece na constituição da razão social da empresa júnior.
- V. Fazer locação ou qualquer outro tipo de disposição, a título oneroso ou gratuito, da totalidade ou de parte dos recursos cedidos pela Uece, como espaço e materiais, a qualquer tipo de pessoa, física, jurídica ou a ente despersonalizado.
- VI. Assumir qualquer tipo de obrigação em nome da Uece, responsabilizando-a, direta ou indiretamente, por quaisquer obrigações que tenha a EJ contraído.

**Art. 7º.** A EJ somente poderá desenvolver atividades que atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

- I. Relacionem-se aos conteúdos programáticos do curso de graduação ou dos cursos de graduação a que se vinculam.
- II. Constituam atribuição da categoria profissional correspondente à formação superior dos estudantes da Uece.

**Art. 8º.** Poderão ingressar na empresa júnior os estudantes regularmente matriculados a partir do primeiro semestre de seus respectivos cursos de graduação.

**§1º.** O desligamento do estudante da EJ dar-se-á automaticamente nas hipóteses de conclusão da graduação, trancamento, cancelamento de matrícula ou desligamento da Uece.

**§2º.** Caberá à EJ informar formalmente à Proex e à coordenação de curso a atualização de seu quadro de membros sempre que houver ingresso ou desligamento de integrante.

**§3º.** Os estudantes matriculados em curso de graduação e associados à EJ exercerão trabalho voluntário, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 3º da Lei 13.267 e do Art. 2º Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

## **CAPÍTULO II**

### **DA CRIAÇÃO, DOS BENS E DA EXTINÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES**

**Art. 9º.** O reconhecimento de empresa júnior por parte da Uece dar-se-á conforme as seguintes etapas de tramitação:

- a) Encaminhamento da proposta à Proex pelo docente proponente, em forma de processo, via Sistema, anexando os seguintes documentos:
  - I. Estatuto social da EJ;
  - II. Projeto/plano acadêmico;
  - III. Documento que comprove a anuência do coordenador do curso ao qual a EJ está vinculada e do professor tutor.

- b)** Encaminhamento, pela Proex, após verificação da documentação apresentada, a parecerista *ad hoc* para, no prazo de até 15 (quinze) dias, apresentar análise e parecer.
- c)** Encaminhamento do processo, pela Proex, caso parecer favorável, para as Coordenação(ões) do Curso de Graduação, unidade(s) de vinculação da EJ, para apreciação e aprovação do(s) Colegiado(s).
- d)** Encaminhamento do processo, pela(s) Coordenação(ões) de Curso, ao(s) Conselho(s) de Centro ou Faculdade, unidade(s) de lotação da EJ, para apreciação e aprovação do Conselho de Centro ou Faculdade.
- e)** Encaminhamento do processo, se aprovado, pelo(s) Conselho(s) de Centro ou Faculdade ao Conselho Universitário (Consu).

**Art.10.** São informações obrigatórias que devem constar no projeto/plano acadêmico apresentado:

- I.** Objetivos e justificativas para criação da EJ.
- II.** Portfólio dos produtos e/ ou serviços a serem ofertados, com a descrição metodológica adotada para avaliação de cada um.
- III.** Suporte institucional, técnico e material necessários ao início das atividades da EJ.
- IV.** Relação com identificação de cada membro da empresa júnior, constando a função a ser exercida, a carga horária respectiva, o nome completo, a matrícula na instituição, o número de telefone para contato e o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- V.** Termos de adesão, devidamente assinados pelos estudantes como prestadores de serviço voluntário. Deve constar o objeto e as condições de exercício do serviço voluntário, conforme disposto no art. 2º da Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.
- VI.** Carga horária de dedicação do professor orientador (tutor) da EJ.
- VII.** Autorização de Uso do Bem Público emitida pela Reitoria da Uece, conforme modelo institucional, especificando a finalidade, local, período de uso e responsabilidades da empresa júnior, conforme anexo II.

**Parágrafo único.** Sempre que houver inclusão ou exclusão de membros da empresa júnior, ela deverá protocolar, junto à Proex, termo atualizado de composição dos integrantes, acompanhado dos respectivos documentos exigidos neste artigo.

**Art. 11.** Em caso de aprovação pelo conselho superior, os proponentes deverão providenciar a inscrição do estatuto da empresa júnior como associação civil no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), para finalizar o processo de reconhecimento.

**Art. 12.** São bens e patrimônios da EJ:

- I. Doações de membros associados ou de terceiros membros da sociedade civil e/ou acadêmica;
- II. Receita proveniente dos serviços prestados ou produtos vendidos;
- III. Verbas provenientes de convênios públicos e ou privados;
- IV. Subvenções e legados aceitos pela EJ; bens móveis, inclusive os semimóveis, e imóveis de propriedade da EJ;
- V. Direitos relativos à propriedade intelectual.

**Parágrafo único.** Sobre a fixação e execução de valores e emolumentos a serem praticados, devem ser consideradas as resoluções vigentes na Uece.

**Art. 13.** A extinção de uma EJ deve considerar:

- I. Cláusula específica do estatuto da EJ que define a condição para dissolução;
- II. Código Civil e demais legislações vigentes que tratam da dissolução de empresas juniores.

**Art. 14.** Podem requerer a extinção da EJ:

- I. Seus representantes legais, por requerimento da EJ;
- II. A Uece, por seu representante legal, com interveniência da Proex e da unidade acadêmica à qual está vinculada à EJ, quando constatado o descumprimento das regras estabelecidas em qualquer parte desta Resolução ou que configurem ilegalidade que impeça o desenvolvimento das atividades e dos serviços e/ou produtos ofertados.

**Parágrafo único.** Neste segundo caso, a EJ terá prazo 30 (trinta) dias, a contar da data em que for notificada sobre processo de extinção, para recorrer. Durante esse período, o patrimônio da EJ deve ser preservado, não podendo haver, nesse interstício, a redistribuição para outras ações de apoio às empresas juniores

**Art. 15.** No caso de extinção da EJ, o patrimônio, inclusive recursos pecuniários, deverá ser revertido à Uece, primordialmente em benefício de outras empresas juniores da Uece, mediante processo gerido pela Proex e pela direção da unidade acadêmica.

**Art. 16.** A Uece não responde por dívidas, débitos fiscais ou trabalhistas contraídos por qualquer empresa júnior desta Universidade, devendo estes serem quitados antes do fechamento da EJ.

**Art. 17.** Nas situações em que ficar configurada a existência de irregularidade praticada pelos dirigentes das EJs, determinar-se-á a instauração de processo disciplinar para apuração de responsabilidades, observadas as legislações em vigor, ficando os envolvidos sujeitos, ainda, às sanções cíveis e penais previstas na legislação brasileira.

**Art. 18.** Caberá à EJ o ressarcimento integral dos custos de reparação de danos eventualmente causados por seus membros ou por terceiros aos espaços, aos equipamentos e às instalações de uso compartilhado, conforme disposto na Autorização de Uso de Bem Público.

**Art. 19.** As atividades das empresas juniores serão inseridas na IES como atividade de extensão e deverão ser registradas na Proex em uma das modalidades reconhecidas pela política nacional de extensão para fins de certificação, conforme trâmites específicos destacados nas resoluções vigentes.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS ATIVIDADES, PARTICIPAÇÃO DISCENTE, DOCENTE E PROFISSIONAL**

**Art. 20.** A carga horária relativa ao desenvolvimento de atividade nas EJs poderão ser computadas como:

- I. atividade de extensão, desde que atendam aos princípios das Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira: interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social, e formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, de modo interprofissional e interdisciplinar;
- II. atividade de estágio obrigatório e ou não obrigatório, desde que haja compatibilidade com os objetivos do estágio previstos no Projeto Pedagógico do Curso e respeitada a Política institucional de Estágio Supervisionado da Uece;
- III. atividade complementar.

**Parágrafo único.** As atividades de extensão só poderão ser aproveitadas para um dos incisos previstos acima.

**Art. 21.** O funcionamento da EJ deverá ocorrer mediante a tutoria de um(a) professor(a) do curso ao qual está vinculada. Já as atividades desenvolvidas pela EJ, na forma de produtos e serviços ofertados à comunidade, poderão ainda contar com a supervisão de um(a) docente orientador(a). Também poderão ser realizadas parcerias com profissionais devidamente registrados no respectivo conselho de classe, se este existir e exigir vinculação. Em ambos os casos, orientação e parcerias, serão observadas as respectivas áreas de atuação e as atribuições da categoria profissional determinadas por lei.

**§1º.** A carga horária prevista para a tutoria e orientação das atividades da EJ deve ser inserida no



Plano de Atividade Docente (PAD), conforme resolução vigente, mediante portaria emitida pelo Diretor de Centro/Faculdade ao qual a EJ e os professores estejam vinculados.

**§2º.** Considerando a carga horária atribuída aos docentes:

- I. ao tutor, a portaria de designação da tutoria será emitida com duração de 1 ano, com renovação para o mesmo período mediante apresentação de relatório de atividade de trabalho para a Proex e a Direção de Centro ou Faculdade;
- II. ao orientador, que eventualmente será designado para acompanhar ações extensionistas realizadas pela empresa júnior, a carga horária deverá coincidir com a duração da ação, conforme legislação vigente.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA REGULARIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 22.** A empresa júnior deverá apresentar, aos Colegiados do curso, em conformidade com item b do art. 7º, ao qual está vinculada, a cada 12 (doze) meses a partir da formalização de sua criação, relatório contendo informações de suas atividades acadêmicas e documentação a ser analisada pela IES conforme segue:

- I. Relatório anual da ação de extensão;
- II. Estatuto social;
- III. Ata de eleição e posse;
- IV. Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica (FCPJ) ou Quadro de Sócios e Administradores (QSA);
- V. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado;
- VI. Certidão Negativa de Débitos Municipais (CND);
- VII. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais (CND) Federal;
- VIII. Relações Anuais de Informações Sociais;
- IX. Comprovante de conta bancária ativa;
- X. Livro diário;
- XI. Contratos de serviço;
- XII. Notas fiscais;
- XIII. Declaração e termo de voluntariado de todos os membros;
- XIV. Cópia do portfólio de serviços aprovado pela EJ.

**Parágrafo único.** A ausência de qualquer das exigências listadas nos incisos anteriores, torna a entidade irregular perante a Uece, impedindo-a de ter o status de empresa júnior para divulgar suas atividades, podendo esta sofrer sanções cabíveis previstas em lei.





## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23.** As empresas juniores já existentes no âmbito da Universidade Estadual do Ceará devem, no prazo de até 180 dias a partir da aprovação da presente Resolução, efetuar os procedimentos para sua efetiva formalização e adequação normativa.

**Art. 24.** O reconhecimento de EJ dar-se-á conforme as normas estabelecidas neste documento.

**Art. 25.** Os casos omissos serão deliberados no Consu, ouvida a Proex.

## ANEXO II

**Nº. 2089/2025 – CONSU, de 24/10/2025**

### DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

A quem possa interessar,

Eu, [Nome do(a) Dirigente], Reitor da Universidade Estadual do Ceará, no uso de minhas atribuições legais e considerando a relevância das atividades desenvolvidas pelas empresas juniores para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes, venho, por meio desta, declarar a autorização de uso de bem público da universidade, conforme segue:

Empresa Júnior: [Nome da Empresa Júnior]

CNPJ: [CNPJ da Empresa Júnior]

Endereço: [Endereço da Empresa Júnior]

**Objetivo do Uso:** A Empresa Júnior [Nome da Empresa Júnior] está autorizada a utilizar o espaço [especificar o local, como a sala, o bloco] para a realização de suas atividades, incluindo reuniões, formações e prestações de serviços, no período de [data de início] a [data de término].

#### **Condições:**

1. O uso do espaço deve ser previamente agendado junto à administração da universidade.
2. A Empresa Júnior é responsável pela conservação e pela limpeza do local utilizado.
3. Qualquer dano causado ao espaço deve ser reparado pela Empresa Júnior.
4. Esta autorização pode ser revogada a qualquer momento, caso haja necessidade por parte da administração da universidade.

Esta declaração é emitida para fins de comprovação da autorização de uso e deverá ser apresentada sempre que houver solicitação.

Atenciosamente,

[Assinatura do(a) Dirigente]

[Nome do(a) Dirigente]